

Do Interacionismo Simbólico aos Jogos de Linguagem: a produção social de sentido.¹

Liráucio Girardi Júnior²
Faculdade Cásper Líbero

Resumo

Este artigo faz parte de uma série de estudos que tenho desenvolvido a respeito da *produção social de sentido* nos processos comunicacionais. Por meio dele, apresento uma pequena introdução com referência ao “lugar” que a linguagem ocupa nas Ciências Sociais (particularmente nas reflexões de Claude Levi-Strauss); o modo pelo qual essa questão foi posicionada no interior do chamado “Interacionismo Simbólico” (a partir da influência da Pragmática), e o modo pelo qual Wittgenstein desenvolve suas reflexões a respeito dos “Jogos de Linguagem”. Com isso, pretendo contribuir para a construção de uma análise interdisciplinar dos processos comunicacionais no campo de estudos da comunicação

Palavras-chave

Interacionismo Simbólico, Jogos de Linguagem, Mimese, Ritual

Eliseo Verón, que trabalhou como sociólogo no Instituto Di Tela, em Buenos Aires, e no Laboratório de Antropologia Social de Levi-Strauss, fez uma constatação importante a respeito da aproximação entre a linguística e as ciências sociais. Ele observou que sociólogos estavam cada vez mais envolvidos em questões linguísticas e os linguistas, cada vez mais, envolvidos em questões sociológicas e antropológicas. No entanto, isto ocorria de uma forma que ele denominou de “estado selvagem”. Essa aproximação teria produzido um “domínio” sem contornos muito precisos, ou seja, “o da *produção social de discursos*, que é parte, por sua vez, de um campo mais vasto, o da *produção social do sentido*, objeto próprio de uma teoria geral das superestruturas.” (Verón, 1980 p. 25)

Levi-Strauss (1985) também destacou a importância da reunião de linguistas e antropólogos nos anos 50 para tratar dessa questão extremamente importante para as ciências sociais: a relação entre a linguagem e a cultura. O antropólogo observou que se tratava de uma das questões mais complicadas já propostas.

Como abordá-la?

Pensar a linguagem como um dos componentes do complexo conjunto de instituições, ferramentas, crenças, costumes etc. que caracterizam a Cultura ou tratá-la

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 3 a 7 de setembro de 2015 na UFRJ, no Rio de Janeiro - RJ

² Doutor em Sociologia – FFLCH-USP. Professor da disciplina *Sociologia Geral e da Comunicação* (Faculdade Cásper Líbero), *Teorias da Comunicação* (Instituto de Artes – Midialogia – Unicamp) e *Sociologia e Comunicação* (USCS).

como “*condição da Cultura*”, uma vez que é por meio dela que se constrói o sentido social do mundo?

Valendo-se das reflexões de Saussure e o seu posterior desenvolvimento por Jakobson, Levi-Strauss observa que tanto a língua quanto a cultura parece estabelecerem-se por oposições e correlações (“*pares de oposições*”) organizadas em sistemas. Para Eagleton, esta visão “*estruturalista*” resulta do encontro de Jakobson (formalista russo, até aquele momento, ligado ao Círculo de Praga) com o antropólogo Levi-Strauss nos Estados Unidos, logo após o início da Segunda Guerra.

A partir daí as complexas questões que envolviam a produção da linguagem passaram a servir de paradigma para se pensar os mitos, o parentesco, a estética etc. (Eagleton, 1983).

Sabe-se que tanto a linguagem quanto os sistemas de parentesco são sistemas de comunicação e que o antropólogo deve considerar como fundamental a interpretação da cultura “*em função de uma teoria da comunicação*” (Levi-Strauss, 1985 p. 103).

Essas trocas simbólicas podem ser identificadas nas regras de parentesco e matrimônio (a comunicação por meio da troca de mulheres entre os grupos), nas regras econômicas (comunicação de bens e serviços) e regras linguísticas (comunicação de mensagens). Trata-se, então de verificar as possíveis homologias entre elas, que estariam sob atenção da sociologia do parentesco, da ciência econômica e da linguística:

“Todos os três dependem do mesmo método; diferem somente pelo nível estratégico em que cada um escolhe se situar no seio de um universo comum. (...) A Cultura não consiste, pois, exclusivamente, em formas de comunicação que lhe pertencem de modo específico (como a linguagem), mas também – e talvez, sobretudo – em *regras* aplicáveis a todas as espécies de ‘jogos de comunicação’, desenrolem-se estes no plano da natureza ou da cultura.” (Levi-Strauss, 1985 p. 336)

Levi-Strauss observa que as trocas linguísticas conseguiram “*isolar*” seus produtos na condição de signos, ignorando que as trocas simbólicas são também uma relação entre valores. Para o antropólogo, os poetas são os primeiros a lembrar que os signos comportam valores.

É preciso destacar, ainda, que os valores que orientam as regras de parentesco também transformam as mulheres em signos. No entanto, encontra-se uma diferença significativa: os signos não podem ser reproduzidos por si mesmos, enquanto que as mulheres-signos são capazes de fazê-lo por meio da linguagem. Outro aspecto importante,

destacado por Levi-Strauss: a relação que os homens mantêm com as regras de parentesco lembram uma relação que já tiveram com a linguagem.

Há, ainda, a referência a outro tipo de comunicação: as trocas econômicas. Estas podem ser encontradas em uma posição intermediária, pois se os bens e serviços não são como pessoas, também não podem reduzir-se apenas a signos. As trocas econômicas comportam, também, valores.

Assim, Levi-Strauss procura mostrar que há uma relação de homologia entre linguagem e cultura, entre signos e valores e entre os três tipos de comunicação citados acima. Observa, entretanto, que estamos diante de “jogos de comunicação” complexos, nos quais certas analogias podem ser estabelecidas e, outras, devem ser evitadas.

É importante observar o interesse do antropólogo em “traduzir” as regras de parentesco por intermédio de uma “teoria da informação”, com enorme destaque para a contribuição dos estudos matemáticos da comunicação para a pesquisa etnológica (Shannon & Weaver, 1975).

Como observa, a vantagem que essa teoria permite é a de estabelecer um “conceito unificador”, ou seja, a maneira particular pela qual define “comunicação”. Por meio dele, pesquisas muito diferentes poderiam ser consolidadas em uma única disciplina ou “domínio” (na linguagem de Véron):

“Se é lícito esperar que a antropologia social, a ciência econômica e a lingüística se associem um dia, para fundar uma disciplina comum que será a ciência da comunicação, reconheçamos todavia que esta consistirá sobretudo em *regras*. Estas regras são independentes da natureza dos parceiros (indivíduos ou grupos), cujo jogo comandam. Como diz von Neumann: ‘O jogo consiste no conjunto das regras que o descrevem’. Poder-se-ão também introduzir outras noções: partida, lance, escolha e estratégia. Deste ponto de vista, a natureza dos jogadores é indiferente, o que conta é somente saber quando um jogador pode escolher, e quando não pode.” (Levi-Strauss, 1985 p. 339)

Para se ter uma ideia da dificuldade de “localização” da comunicação nas Ciências Sociais basta prestar atenção a um depoimento contundente de Erving Goffman para Ives Winkin (1999) no qual mostra as dificuldades que esse projeto interdisciplinar encontrava. Ao defender pesquisadores como Birdwhistell (de quem sofreu forte influência), Margaret Mead e Bateson, o sociólogo observa a dificuldade que tinham para encontrar seu lugar nas Ciências Sociais e como tinham dificuldade para arranjar emprego.

Em sua crítica observa que: “Birdwhistell está fora da sua área, já que está em comunicação (na escola Annenberg). O departamento de antropologia nunca o convidou

para ser professor associado ou o que quer que seja. O grupo de referência continua sendo feito de psiquiatras e assistentes sociais” (Winkin, 1999 p. 239).

Seus deslocamentos nas Ciências Sociais e em “outros domínios” fizeram com que se tornassem “freaks”, “cães vagabundos”, que precisavam falar para pessoas que não pertenciam à sua disciplina para serem ouvidos.

O interacionismo simbólico

Na mesma entrevista, citada acima, Goffman procura desmistificar o *interacionismo simbólico*, ao observar que se tratava apenas de um rótulo “jornalístico” atribuído a um grupo heterogêneo de estudantes formados por um grupo heterogêneo de professores como Hughes, Warner, Blumer, Mead na Universidade de Chicago. Entretanto, é sobre esse “mito” e a sua relação com a comunicação que serão desenvolvidas algumas observações.

Trata-se do esboço de um pequeno mapeamento do modo pelo qual a relação entre linguagem e sociedade foi estabelecida na chamada *Escola sociológica de Chicago*. Observa-se, nos dias de hoje, uma tentativa de resgate e revitalização de uma série de problemas e procedimentos metodológicos desenvolvidas no complexo e heterogêneo trabalho produzido por essa escola (Denzin, 2003).

A comunicação obteve considerável atenção em vários pesquisadores da universidade de Chicago. De Goffman a Robert Park, de George H. Mead a Blumer, uma orientação pragmática fazia-se sempre presente: os grupos humanos produzem a si mesmos em ações dotadas de sentido, a sociedade só existe “na, pela e para a linguagem”. Há uma ênfase na “linguagem ordinária”, ou seja, a “linguagem é um instrumento, e usá-la é desempenhar uma ação. Portanto, a análise dos significados deve focar contextos particulares nos quais a ação é desempenhada, e os propósitos nela envolvidos” (Nunes, 2005 p. 32).

Para essa “Escola”, os agrupamentos humanos existem em ação, em situações de interação mediadas pela linguagem. No clássico texto de Blumer (*In: Mortensen, 1980*), já podem ser encontradas as principais premissas que orientam as ciências sociais nesse sentido. São elas: a) os grupos humanos constituem-se na ação e toda ação só pode ocorrer devido à capacidade que esses agrupamentos têm de dar sentido a ela; b) esses sentidos são produzidos socialmente, isto é, na interação social; c) são experimentados em processos de interpretação, que podem adequar-se às mais variadas situações do cotidiano (Braga&Gastaldo,2013; Blumer, 1980)

Em primeiro lugar o “interacionismo simbólico” parte de um ponto de convergência importante com a Pragmática: os grupos humanos constituem-se, produzem a si mesmos por meio da ação. A linguagem é parte instituinte desse mundo social, é parte importante da ação socializadora no reconhecimento dos universos sociais em meio aos quais os indivíduos e seus agrupamentos se constituem. A produção de um universo social carregado de sentido, constitui-se por um processo de construção de “objetos” discretos e reconhecíveis pelo grupo por meio da interação social, em um processo de “indicações recíprocas” :

"O interacionismo simbólico defende a hipótese de que os 'universos' acessíveis aos seres humanos e seus grupos compõem-se de 'objetos', e que estes são o produto da interação simbólica. Entende-se por objeto tudo que for passível de ser indicado, evidenciado ou referido – uma nuvem, um livro, uma legislatura, um banqueiro, uma doutrina religiosa, um fantasma etc. Para nossa maior conveniência, podemos classificar os objetos em três categorias: (a) objetos físicos, como cadeiras, árvores ou bicicletas; (b) objetos sociais, como estudantes, padres, o presidente, a mãe ou um amigo e (c) objetos abstratos, como princípios morais, doutrinas filosóficas ou conceitos tais como justiça, exploração ou compaixão." (Blumer *In*: Mortensen, 1980 p. 127)

Esses objetos pressupõem práticas sociais significativas, trocas simbólicas. Eles nos despertam valores, cuidados, saudades, memória, vergonha etc. Nossa relação com os objetos deve ser percebida no interior de práticas sociais, no processo de interação social. A capacidade social de produção de *coisas* carregadas de sentido no mundo social depende da capacidade de produção simbólica dos grupos humanos, ou seja, da capacidade de se estabelecer os *limites* dessas coisas, de estabelecer fronteiras, ou seja, linguagem.

No processo de socialização, a aprendizagem da linguagem ou aquisição da competência social para falar é incorporada na construção do que George H. Mead chamou de *self*, isto é, na capacidade de nos pensarmos, localizados em posições e situações sociais, e de pensar os lugares e os papéis socialmente reconhecidos dos outros com os quais falamos (Mead *In*: Coser & Rosemberg, 1966 p. 101-104; Rüdiger, 1998 p. 34-39).

Na interação social, na experiência social no mundo, os indivíduos adquirem a competência social necessária para que se constituam como pessoas dotadas de voz em uma rede comunicativa: “De forma ampla, ‘voz’ é usada metaforicamente para qualquer atividade relativa ao *uso da linguagem* (...)As palavras que usamos *definem* nosso mundo, no sentido original do termo, ‘criando uma fronteira, um limite” (Mey, 2001 p 25-27).

Em 1950, Goffman já propunha uma “etnografia da palavra”, em um movimento que contribuirá para o surgimento da sociolinguística com Gumperz e Hymes. O sociólogo

propõe um estudo sobre a situação de comunicação, uma análise da linguagem em atos. Em 1964, elabora o artigo “A situação negligenciada” no qual destaca a importância do comportamento expressivo na complexa produção social do sentido na comunicação. A linguagem verbal e não-verbal estão integradas na conduta comunicativa, de tal modo que a produção de sentido se dá muito mais por um processo de dramatização do que por um processo de simples codificação/decodificação. A relação entre forma e conteúdo lembra muito as observações de Simmel (uma influência marcante na formação dos pesquisadores da Escola de Chicago):

“Com base nas condições e nas necessidades práticas, nossa inteligência, vontade, criatividade e os movimentos afetivos, elaboramos o material que tomamos do mundo. De acordo com nossos propósitos, damos a esses materiais determinadas formas, e apenas com tais formas esse material é usado como elemento de nossas vidas.” (Simmel, 2006 p. 61)

Nossos recursos expressivos nas situações de interação são “socialmente situados”, pois pressupõem essa capacidade de reconhecer a presença de um “outro generalizado” que está sempre presente na produção simbólica. Mesmo as situações mais íntimas não escapam dessa condição. O processo de socialização permite a incorporação de esquemas de ritualização social das trocas simbólicas socialmente situadas. Como observa Wittgenstein, um “jogo”:

“Aprende-se o jogo observando como os outros jogam. Mas dizemos que se joga segundo esta ou aquela regra, porque um observador pode ler essas regras na *práxis* do jogo, com uma lei natural que as jogadas seguem. – Mas como o observador distingue, nesse caso, entre um erro de quem joga e uma jogada certa? Há para isso indícios no comportamento dos jogadores.” (Wittgenstein, 1989 p. 34)

A simples descrição de um gesto, o seu significado, deve pressupor as condições nas quais se realiza, como, por exemplo, a distância social entre os interlocutores, o comportamento não-verbal daqueles que estão na conversa (mas não participam diretamente dela), a percepção que os interlocutores têm do lugar e das pessoas com as quais interagem, enfim, tudo o que pode ser chamado de “situação social”, uma interação socialmente situada. Os indivíduos agem por uma série de orientações conjugadas e autorizadas no que diz respeito às trocas simbólicas. (Goffman *In: Winkin*, 1999 p. 150-151)

“...os jogos de cartas, os casais numa pista de dança, as equipes cirúrgicas em ação e os combates de boxe são outros tantos exemplos de encontro: todos eles ilustram a organização social de uma orientação momentaneamente conjugada (...) Quero sugerir com isso que a palavra se produz - quando se produz - no seio de uma tal disposição social. (...) Note-se, portanto, que o *habitat* natural da

palavra é um lugar onde nem sempre a palavra está presente. (...) A palavra é socialmente organizada, não apenas em termos de distribuição de locutores e de registros lingüísticos, mas também como um pequeno sistema de ações face a face, mutuamente confirmadas e ritualmente conduzidas. É por outras palavras, um encontro social.” (Goffman *In: Winkin*, 1999 p. 152)

Portanto, os interlocutores não usam rigidamente as regras de uma língua, mas fazem uso delas como em um jogo, que pressupõe avaliações práticas e jogadas com recursos lingüísticos e extralingüísticos de que dispõem em uma situação dada. Os jogadores carregam, ainda, a "memória" dessas jogadas que podem ser atualizadas nessas situações particulares. Esses recursos extralingüísticos relacionam-se com um conjunto de saberes comuns que "objetivam" a comunicação, que a localizam de modo mais ou menos claro em um quadro de referência social (*frame*).

À exemplo de Simmel, Goffman observa que o “comportamento expressivo” acaba por lançar os agentes em situação de interação/comunicação em uma espécie de jogo entre formas e conteúdo, ou melhor, conteúdos mais ou menos formalizados. Ao constatar que a linguagem, para ser bem-sucedida, apresenta-se como uma instituição social, o fundamental na análise pragmática consiste na interpretação das regras práticas do jogo no qual a fala é apreendida: “...visto que a enunciação é pensada como um ritual ... a instância pertinente em matéria de discurso não será mais o enunciador, mas o *par formado pelo locutor e pelo interlocutor(...)*” (Maingueneau, 1996 p. 18-19)

A metáfora do jogo ou do ritual é explorada com frequência tanto nas Ciências Sociais quanto nos Estudos de Comunicação. Ela é capaz de dar conta da tensão entre a existência de “regras” na interação e a capacidade de “inovação” e “invenção” produzida pelos jogadores. Muitas vezes, o risco de se analisar os jogos de linguagem como um “texto” (no caso de algumas abordagens estruturalistas) é o de excluir da análise o seu caráter pragmático. Falar não é transmitir uma informação, mas “apresentar um drama” diante de outros. O aprendizado da fala no processo de socialização é “pontuado” por intervenções dos adultos em “situações de fala”, única condição que deve ser garantida para que os “textos” ganhem sentido social. As vozes formam-se integralmente nas complexas situações de comunicação:

“Toda sociedade se expressa em *textos*, entendidos como a organização coletiva de suas vozes. (...) Uma outra alternativa é pensar as vozes da sociedade incorporadas não somente aos textos orais ou escritos, mas à totalidade das práticas que compõem a vida diária de uma comunidade, uma vida pressuposta pela própria existência do texto.” (Mey, 2001 p. 79)

O risco que se corre nas análises interacionistas diz respeito, em alguns momentos, à forma pela qual identifica a função da linguagem na construção social do sentido, ou seja, a linguagem como produtora de "objetos" carregados de sentido e responsável pela constituição dos universos sociais.

É preciso romper com a noção de que os signos produzidos na interação social seriam uma espécie de etiqueta dada aos objetos e que a função da linguagem seria a de nomear, “capturando” um objeto.

Corre-se o risco de identificar a linguagem apenas como uma produtora de “rótulos”, o que seria um equívoco como mostra Araújo (2004), destacando uma ideia-chave para a Semiologia desde Saussure: “... falar não é relacionar uma coisa com uma palavra, mas relacionar signos entre si (...) O signo lingüístico é operacional, não está simplesmente no lugar de algo” (Araújo, 2004 p. 39)

A publicação, em 1962, de *How to Do Things with Words*, de Austin, demonstra justamente isto. Nele, pode ser encontrada a crítica a certas posturas teóricas nas quais a linguagem serviria para representar coisas. Produzir uma enunciação envolve a realização de uma série de signos com sentido em um sistema que é a língua (um ato locutório); um tipo de ato de linguagem que deve ser percebido, convencionalmente, de certa forma - como pedido, ameaça, sugestão etc. - (ato ilocutório); e que provoque uma certa disposição, uma ação por intermédio da palavra (ato perlocutório).

Para que a comunicação ocorra, portanto, é preciso que sejam garantidas algumas condições (sociais) de sucesso (Maingueneau, 1996).

Os Jogos de Linguagem

Rodrigues (1995) observa que o modelo de transmissão linear e unidirecional (tão difundido em algumas teorias da comunicação), traduzido no modelo da codificação-decodificação, sofre de um problema particular.

Quando falamos, não utilizamos apenas um código, mas precisamos dominar um conjunto de saberes que nos permitam entender as pistas do nosso interlocutor. Não se trata apenas de domínio de um código comum, mas da capacidade de entender o que cada um no processo de interação “crê saber” sobre o outro, ou seja, devem ter um comum um determinado “saber”

Essa crítica já está bem clara nos trabalhos de Bakhtin, quando destaca que o grande erro das análises abstratas da comunicação consiste em avaliar a linguagem do ponto de

vista do locutor como agente isolado. Quando o outro entra nesse modelo de comunicação é na simples condição de “destinatário passivo”.

É um erro considerar o locutor como se fosse o ponto de partida do discurso e o receptor como um destinatário passivo. Toda enunciação pressupõe uma série de condições sociais que dependem da interação, da presença do outro, de sua história:

“ O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência de enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouviente. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados.” (Bakhtin, 2000 p. 291)

A linguagem deixa de ser representada como conjunto de códigos geradores de informações que precisam ser decifradas para se transformar no “lugar” no qual emergem as significações. A realidade é a semiose em ato (Araújo, 2004 p. 56).

Uma primeira observação a ser feita é como as orientações pragmáticas procuraram de um modo ou de outro incorporar, metaforicamente, em seus argumentos as formas de representação e ação que podem ser encontradas no Teatro, no Direito e no Jogo.

A estrutura da enunciação é de natureza social. Os saberes que essa interação produz não precisam ser idênticos, mas são comuns, tornam-se comunicáveis, reconhecidos, demarcadores de limites mais ou menos claros com os quais os agentes se colocam com suas habilidades e qualidades (Rodrigues, 1995). As práticas discursivas são práticas sociais de produção, distribuição e consumo textual realizada nos mais diversos campos. Como observa Lahire:

“Estando a linguagem presente no seio de toda prática, de toda forma de vida social (tanto nas práticas econômicas como nas práticas educativas, religiosas ou esportivas) não faz nenhum sentido tomar a linguagem como objeto particular de investigação sociológica. A cilada consiste em autonomizar a linguagem (ou o discurso) e ver apenas signos, trocas significantes, linguagens na moda, do espaço, da arquitetura, do consumo etc no contexto de uma semiologia generalizada.” (Lahire, 2002 p. 169-170)

O processo de socialização permite a incorporação, a internalização de esquemas de percepção e apreciação do mundo por meio da linguagem (Bourdieu, 1983,1986,2001). Usar a metáfora do jogo significa dizer que um enunciado é um lançamento, um movimento do jogo.

A produção social de sentido e a compreensão só ocorrem quando nos valemos de “esquemas” para interpretar de forma mais ou menos controlada e reconhecida determinadas enunciações. É o que Goffman (1986) pretendia destacar ao trabalhar com categorias como as de *frame* e de *situação de comunicação*. A capacidade de realizar certos usos “estratégicos” desses esquemas indica a capacidade maior ou menor de domínio de uma técnica: “O trabalho de antecipação, o recurso a estratégias sutis destinadas a controlar, a condicionar o processo interpretativo não são uma dimensão acessória, mas constitutiva do discurso (Maingueneau, 1996 p. 20)

Rodhen (2003) observa que, no jogo, estamos sempre lutando por alguma coisa, representando alguma coisa. Respeitar as regras e correr riscos, viver a incerteza e a tensão é a característica dos jogos. É preciso estar envolvido pelo jogo para que ele tenha sentido. Ele cria uma ordem por meio da qual é possível representar uma série de outros dramas homólogos (o certo e o incerto na vida, a alegria, a ousadia, o risco, o imprevisível).

Nas trocas simbólicas é correto dizer que as interações sempre podem gerar interpretações imprevisíveis. Lances e movimentos de “astúcia” e “ingenuidade” podem ser criados, manobras mais ou menos valorizadas e inovadoras podem ser produzidas.

O controle da interpretação do que está sendo dito ocorre por meio da identificação de parentesco e familiaridade entre um conjunto de jogadas-enunciados. Os jogos não delimitam todas as possibilidades de expressão, mas produzem a familiaridade com relação a certas jogadas têm uma maior probabilidade de acontecer, um campo de possíveis para o sentido – como será comentado brevemente no final do artigo.

Para Wittgenstein, os jogos de linguagem são capazes de estabelecer um senso prático da “família” de significados para determinadas trocas simbólicas. Esses esquemas práticos, esse senso prático do mundo e das situações de interação na qual se formaram são capazes de orientar os indivíduos no domínio de uma técnica. Assim, eles são capazes de estabelecer “semelhanças de família” ou uma “família de significações” que permitem reconhecer e jogar com as possibilidades desses jogos.

Deve-se entender, então, a produção de sentido como a produção de certos esquemas de reconhecimento dos “ares de família” entre os signos e as situações em que estão integrados. Longe de ser uma “obediência a regras”, o que se encontram são analogias, aproximações, distanciamentos na experiência com esses jogos:

“Um esquema gráfico com uma sucessão de desenhos de rostos pode dar a idéia das ‘passagens intermediárias’ entre exemplares de uma família (aqui apresento uma versão estilizada; quem tiver habilidade gráfica poderá fazer um desenho melhor): :-) ;-) ;-| ;=|

Na figura, entre o primeiro membro e o último membro não há nenhuma característica comum, mas existem transições e membros intermediários que se apresentam de tal modo que dois membros próximos da série das figuras tenham sempre algo em comum." (Penco, 2006 p. 147)

Wittgenstein observa que pronunciar uma palavra seria como "tocar uma tecla no piano da representação" (Wittgenstein, 1989 p. 12). Mas, a finalidade da linguagem não é somente a de "despertar representações".

Mimese e Senso Prático

Para Gebaur & Wulf (2004), a mimese torna-se um operador prático da aquisição dessa técnica social, um fator determinante no processo de produção dos esquemas práticos da linguagem.

Tanto as situações concretas do cotidiano como aspectos do imaginário podem ser produzidos pela mimese no desenvolvimento cognitivo das crianças. São espécies de "representação em ato", uma vez que as diversas situações de interação vividas por elas, em seu universo social, permitem que desenvolvam um "saber prático" do seu mundo. São esquemas de percepção de situações sociais já conhecidas que servem de referência e antecipação de situações sociais futuras.

No entanto, qualquer metáfora que traduza a tentativa de apropriação desses esquemas como "transmissão" de significados ou de um "patrimônio cultural" deve ser avaliada com muito cuidado, pois essa metáfora pressupõe que o sentido do mundo pode ser passado "à frente" como se faz com os bens materiais – como na transferência de uma propriedade. Na verdade, uma "herança cultural", o seu "significado" deve pressupor "distorções, adaptações, reinterpretções" e um investimento por parte daqueles que estarão sujeitos a ela. O que é apropriado não é um bem qualquer, mas uma experiência:

"O raciocínio prático do tipo 'isso se parece com', e que raramente precisa ser dito como tal, é um raciocínio comumente aproximativo e variável. Pode perfeitamente bem negligenciar certos traços da situação em curso para reter apenas um esquema relacional geral (a relação homem-mulher, a relação mãe-filha, a relação superior hierárquico-subordinado etc.), como também se ater a um detalhe totalmente descontextualizado do conjunto da situação (um gesto, um cheiro, um sabor, uma palavra, uma voz, um ruído, um objeto, um lugar – casa, paisagem, bairro -, uma fotografia etc. (Lahire, 2002 p. 69)

Gebauer & Wulf (2004) observam a importância dos recursos miméticos nessas apropriações, nesse aprendizado, na fruição estética em geral, nas relações de trabalho e

comunitárias. O que destacam é o caráter corporal que o aprendizado mimético produz nos processos de socialização: um conjunto de posturas, entonações, gestos engendram-se a produções linguísticas em situações sociais muito particulares. Coloca-se em movimento nos jogadores uma espécie de “inteligência corporal”, uma *hélix* (Mauss, 2003, Bourdieu, 1986, 2001).

O universo familiar com seus sons, odores, sabores, horários, rituais conferem uma percepção do espaço e do tempo muito particulares, com as quais se torna possível brincar, recriar, interagir, identificar momentos em que se pode perceber a passagem do tempo socialmente regulado (pela mãe, pais, irmãos, pelos horários dos desenhos na televisão, p.ex.): “Com ajuda da sua capacidade mimética a criança assume o significado das coisas e das formas de representação e de ação. Em um movimento mimético a criança lança uma ponte para o exterior.” (Gebauer&Wulf, 2004 p. 145)

A mimese vai representar, então, um papel importantíssimo na constituição do sujeito em ação no mundo, produzindo uma espécie de competência social.

Entretanto, é importante frisar que o aspecto lúdico do aprendizado social pressupõe saberes práticos nos quais também estão presentes relações sociais de poder. Assim: “Por meio do agir e do comportar-se ritualisticamente são registradas norma sociais nos corpos. Com estes processos de registro também são incorporadas relações sociais de poder.”(Gebauer &Wulf, 2004 p. 146).

A mimese produz um conhecimento, uma memória, uma experiência sensorial profunda, representada dramaticamente pelo tom de voz, pelos distanciamentos e a postura dos corpos em uma situação de comunicação, pelo controle sobre o deslocamento no espaço e no tempo (na casa, na rua, no trabalho).

Nesse sentido, o entendimento do sentido social do mundo pode ser “razoável” para os indivíduos sem que tenha a razão ou o cálculo como princípio de sua organização, sem que seja necessário um ato de consciência para produzi-lo (Bourdieu, 2001, 2004, Barros Filho& Martino, 2003). É justamente o que está no princípio de produção da *doxa*: “Aquilo que se sabe quando ninguém nos interroga, mas que não se sabe mais quando devemos explicar, é algo sobre o que se deve *refletir*. (E evidentemente algo sobre o que, por alguma razão, dificilmente se reflete” (Wittgenstein, 1989 p. 49)

Bakhtin (2000) também observa que o enunciado é um elo na cadeia da comunicação e que nossos enunciados estão “repletos de palavras *dos outros*” e que aparecem com uma “resposta a enunciados anteriores” na forma de uma refutação,

confirmação, suporte para nossos argumentos, na forma que pretendemos complementá-los e integrá-los a novas situações etc. O senso prático do mundo, seu sentido social em estado prático, e as relações de poder que o instituem, são produzidas necessariamente com o outro :

“Não pode ser que apenas uma pessoa tenha, uma única vez, seguido uma regra. Não é possível que apenas uma única vez tenha sido feita uma comunicação, dada ou compreendida uma ordem, etc. - Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar um a partida de xadrez são *hábitos* (costumes, instituições). Compreender uma frase significa compreender uma linguagem. Compreender uma linguagem significa dominar uma técnica.”(Wittgenstein, 1989 p. 87)

Os indivíduos não têm necessariamente o domínio consciente dessa técnica, mas um senso prático das direções a serem tomadas em determinadas situações de comunicação (e seus respectivos jogos de linguagem).

No desenvolvimento dos fundamentos de uma Estética da Recepção, Iser (*In*: Lima, 2002) observa que o conceito de jogo deve-se sobrepor ao de representação. O processo textual, na Literatura, por exemplo, só acontece porque os autores fazem com que o texto se torne um campo de jogo, tornando possível uma inter-relação entre autor-texto-leitor de maneira dinâmica. Os autores esboçam um mundo de modo a incitar o leitor a imaginá-lo e com isso interpretá-lo, conferir-lhe um sentido. Por meio de uma espécie de “contrato de leitura”, o leitor deve tomar a narrativa como se fosse a realidade, suspendendo de alguma forma seu vínculo com “a” realidade.

Por meio desses “esquemas”, torna-se possível uma movimentação, uma manobra de significados na relação com os textos. Esses esquemas permitem que o autor represente “algo” por meio do texto, mas não garantem que sejam entendidos a partir desse possível propósito estipulado por ele. Os jogadores desse jogo chamado “literatura”, não podem ter o completo domínio sobre tudo o que está em jogo neles.

Para Stierle, o resultado dessa experiência depende de um “potencial recepional” ou no caso de Jauss de um “horizonte de expectativas” que o texto possibilita. Esse jogo depende da “competência recepional” do leitor para reconstruir a direção e a intenção com a qual o autor objetivou seu próprio texto. Para Stierle:

“A comunicação pragmática, portanto, funciona apenas quando o produtor e receptor dialeticamente mediados, intervêm com posições de papéis em um campo de ação. A comunicação pragmática funciona apenas porque o produtor consegue imaginar o papel do receptor e vice-versa. (...) O sujeito da produção e o sujeito da recepção não são pensáveis como sujeitos isolados, mas apenas

como social e culturalmente mediados, como sujeitos ‘transubjetivos’ (...)”
(Stierle *In*: Lima, 2002 p. 128)

Se, como foi visto, o discurso é pensado como ação, também faz parte dessa experiência o pensar, o imaginar, sonhar, falar, escrever, abaixar-se, andar, fazer um gesto. Como observa Stierle, pode-se entender por recepção o ato de fechar um livro, decorá-lo, presenteá-lo, fazer uma crítica, montar uma viseira de papelão e transformar-se em super-herói, reunir-se com outros que compartilham daquela experiência etc.

Abre-se, assim, a experiência da comunicação a uma complexa rede de jogos e ritualizações.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do Signo ao Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luis Mauro de Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003

BAKHTIN, Mikhail; VOLICHINOV. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo : Martins Fontes, 2000

BLUMER, Herbert. “A natureza do interacionismo simbólico”. In: MORTENSEN, C. David. *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo : Brasiliense, 2004.

Denzin Norman. *Symbolic Interactionism and Cultural Studies: The Politics of Interpretation*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003

GASTALDO, Édison, BRAGA, Adriana. A Escola de Chicago e a história dos estudos de comunicação no Brasil. In: Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil :2012/2013 / organizadores: João Cláudio Garcia R. Lima, José Marques de Melo.- Brasília : Ipea, 2013

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. New York: Harper&Row, 1986

_____. “Os momentos e os seus homens”. In: WINKIN, Yves (org.). Lisboa: Relógio D’Água, 1999.

GIRARDI JR., Liráucio. *A sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação*. Tese de Doutorado: USP, 2004.

LAHIRE, Bernard. *Homem plural*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

LIMA, Luiz Costa (coord.). *A literatura e o leitor*. 2ª ed. (rev. e ampl.) São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

- _____. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MEY, Jacob L. *As vozes da sociedade: seminários de pragmática*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- MORTENSEN, David C. *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *As dimensões da pragmática na comunicação*. Diadorim: Rio de Janeiro, 1995.
- RÜDIGER, Francisco. *Introdução à Teoria da Comunicação*. São Paulo: Edicon, 1998.
- SHANNON, Claude E. & WEAVER, Warren. *Teoria matemática da comunicação*. Rio de Janeiro: Difel, 1975.
- TEDESCO, Silvia. “Subjetividade e seu plano de produção” In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco (org.) *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7Letras, 2007 pp. 140-149
- VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo : Cultrix : USP, 1980.
- WINKIN, Yves. (ed.) *Erving Goffman: os momentos e os seus homens (textos escolhidos)*. Lisboa: Relógio D’água, 1999.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova cultural, 1989 (Coleção Os Pensadores)